

Entidades	Valor (euros)	Entidade decisora	Data da decisão
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	250 801,59		28-12-2005
Fundação Portuguesa P. E. P. T. da Toxicodependência	3 527,94		12-8-2005
Fundação Portuguesa P. E. P. T. da Toxicodependência	3 718,76		15-12-2005
G. I. S. — Grupo 207 da Associação de Escoteiros de Portugal (AEP) — Buarcos.	6 871,68		12-7-2005
Gabinete Social de Atendimento à Família	49 470,04		7-11-2005
GASC — Grupo de Acção Social Cristã	1 605,12		21-7-2005
GASC — Grupo de Acção Social Cristã	2 274,29		16-9-2005
GEDA — Grupo de Ecologia e Desportos de Aventura	1 519,82		18-11-2005
GEDA — Grupo de Ecologia e Desportos de Aventura	6 006,72		23-9-2005
GEDA — Grupo de Ecologia e Desportos de Aventura	6 079,26		12-7-2005
Grupo de Instrução e Sport — GIS	1 717,92		23-11-2005
H20 — Associação de Jovens de Arroquelas	2 910,33		12-8-2005
H20 — Associação de Jovens de Arroquelas	3 039,65		17-8-2005
IAC — Instituto de Apoio à Criança	25 824,34		15-11-2005
Instituto de Apoio à Criança — IAC	60 256,78		17-8-2005
Instituto Piaget — Cooperativa Desenv. Humano, Integral e Ecológico, C. R. L.	59 899,64		4-8-2005
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sintra	2 916,32		12-7-2005
Moura Atlético Clube	3 962,76		2-12-2005
Movimento de Apoio à Problemática da Sida — MAPS	33 958,49		15-12-2005
Movimento de Apoio à Problemática da Sida — MAPS	35 037,49		15-12-2005
Movimento de Apoio à Problemática da Sida — MAPS	39 188,01		15-12-2005
Obra Social do Sagrado Coração de Maria	4 315,49		12-8-2005
Obra Social do Sagrado Coração de Maria	6 527,86		12-7-2005
Optar — Associação de Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis e Prevenção de Toxicodependências.	1 519,82		23-11-2005
Optar — Associação de Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis e Prevenção das Toxicodependências.	1 809,18		14-10-2005
Optar — Associação de Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis e Prevenção de Toxicodependências.	6 146,14		17-8-2005
Qualificar para Incluir — Associação de Solidariedade Social	6 648,50		12-7-2005
Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé	3 957,55		18-11-2005
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	1 260,12		7-12-2005
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	7 943,44		12-8-2005
Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas	2 961,98		12-7-2005
Santa Casa da Misericórdia de Fafe	4 299,10		16-9-2005
Santa Casa da Misericórdia de Macedo	1 547,48		18-11-2005
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	2 358,02		16-9-2005
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	7 592,50		12-8-2005
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	4 059,62		12-8-2005
Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca	6 078,35		12-8-2005
Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa	3 055,88		23-11-2005
Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde	2 942,76		16-9-2005
SOLSIL — Associação de Solidariedade Social do Silveiro	9 747,66		12-7-2005
SOSIL — Associação de Solidariedade Social do Silveiro	2 370,88		23-11-2005
União Académica de Avintes	2 161,47		2-12-2005
União das Associações de Pais do Concelho de Vila Real	4 998,28		14-10-2005
<i>Total</i>	2 517 169,47		

24 de Fevereiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Rui Gonçalves*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia

Deliberação n.º 337/2006. — Por deliberação do conselho de administração de 22 de Fevereiro de 2006, foi homologada a classificação final de exame final de saída do internato complementar de pediatria médica do médico abaixo mencionado, nos termos da Portaria n.º 695/95, de 30 de Junho, conferindo-lhe o grau de assistente na referida área (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas):

António José Aguilar Fernandez — 19,1 valores.

3 de Março de 2006. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António Augusto Paul*.

Deliberação n.º 338/2006. — Por deliberação do conselho de administração de 1 de Março de 2006:

Ermelinda Ramalho Santos Silva — homologada a acta da comissão de avaliação curricular, com informação de *Aprovada* para transitar, por progressão, à categoria de assistente graduada de pediatria médica, com efeitos a 29 de Dezembro de 2005, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, aplicável à carreira médica hospitalar por força

do artigo 30.º daquele mesmo diploma. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Março de 2006. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António Augusto Paul*.

Hospital Conde de São Bento — Santo Tirso

Deliberação n.º 339/2006. — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 17 de Fevereiro de 2006:

Joaquim Anselmo Alves Correia de Sousa e Maria da Graça Moreira Gonçalves — homologadas as actas das comissões de avaliação curricular que concederam a progressão à categoria de assistente graduado.

20 de Fevereiro de 2006. — O Administrativo Executivo, *Carlos Oliveira*.

Hospital Distrital de Faro

Aviso n.º 3501/2006 (2.ª série). — Devidamente homologada por deliberação de 1 de Março de 2006 do conselho de administração deste Hospital e após confirmação de cabimento por parte da Direc-

ção-Geral do Orçamento, faz-se pública a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para enfermeiro especialista, área de enfermagem de saúde materna e obstétrica, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 11 de Outubro de 2005:

	Valores
1.º Elsa Inês Esteves Silva Maia	15,30
2.º Elina Paulos Ribeiro Brito Nunes	14,20
3.º Maria Otilia Mourinho Gralha	13,75

Da homologação cabe recurso, de acordo com o n.º 1 do artigo 39.º, observando-se, quanto ao prazo, o estabelecido no n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

3 de Março de 2006. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Aviso n.º 3502/2006 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para técnico de 1.ª classe de radiologia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.* — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do conselho de administração de 8 de Fevereiro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para o provimento de sete lugares de técnico de 1.ª classe de radiologia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 1048/2000, de 30 de Outubro.

2 — Prazo de validade — o concurso esgota-se com o provimento dos lugares colocados a concurso.

3 — O conteúdo funcional do lugar a prover está previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

4 — O local de trabalho é nas instalações adstritas ao Hospital Distrital de Faro, sendo o vencimento de acordo com o Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5 — Requisitos de admissão ao concurso:

5.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso os previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro;

5.2 — São requisitos especiais de admissão ao concurso os previstos no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6 — Método de selecção — será utilizado como método de selecção a avaliação curricular, aplicando-se para este efeito o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e o sistema de classificação final e respectiva fórmula classificativa constam de acta do júri do concurso, que a facultará aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao conselho de administração do Hospital Distrital de Faro e entregue no Serviço de Expediente Geral deste Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

7.2 — Do requerimento deverão constar:

- Identificação completa (nome, filiação, estado civil, nacionalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal, morada, código postal e telefone, se o tiver);
- Habilitações literárias e profissionais;
- Identificação do concurso, mediante referência ao número e à data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
- Declaração, sob compromisso de honra, da situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais previstos no n.º 5.1 do presente aviso;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever especificar para melhor apreciação do seu mérito;
- Identificação dos documentos que instruem o requerimento.

7.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Documento das habilitações literárias e profissionais;
- Certidão e ou documentos comprovativos dos requisitos que possui e exigidos no n.º 5.2 do presente aviso;
- Três exemplares do *curriculum vitae*, em formato A4.

7.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8 — A relação de candidatos admitidos e a lista da classificação

final do concurso serão afixadas no placard do Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Faro.

9 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Manuel Jorge Ramalho Alves Santos, técnico principal de radiologia do Hospital Distrital de Faro.

Vogais efectivos:

António José Lente Martins, técnico principal de radiologia do Hospital Distrital de Faro.

Cristina Maria Fialho Ferreira, técnica principal de radiologia do Hospital Distrital de Faro.

Vogais suplentes:

Maria da Conceição Coelho Inês Pires Rosa, técnica principal de radiologia do Hospital Distrital de Faro.

Maria José Alves Lourenço Carrasco Martins Santos, técnica principal de radiologia do Hospital Distrital de Faro.

10 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

3 de Março de 2006. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Hospital de Reynaldo dos Santos

Aviso n.º 3503/2006 (2.ª série). — *Concurso interno geral para provimento de um lugar de assistente de gastroenterologia da carreira médica hospitalar.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 12 de Maio de 2004, sob proposta do conselho de administração deste Hospital, foi autorizada a abertura de concurso interno geral para provimento de um lugar de assistente de gastroenterologia, da carreira médica hospitalar, do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 885/99, de 11 de Outubro.

O presente aviso será inscrito na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

2 — O concurso é institucional, interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso que estejam vinculados à função pública, independentemente dos serviços ou organismos a que pertençam.

3 — O concurso visa exclusivamente o provimento da vaga posta a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — O local de trabalho é no Hospital de Reynaldo dos Santos, Vila Franca de Xira, ou noutras instituições com as quais este estabelecimento tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

5 — O regime de trabalho é o constante do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 412/99, de 15 de Novembro, e será desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90, de 22 de Agosto.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — São requisitos gerais de admissão:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excepcionados por lei especial ou convenção internacional, casos em que deve ser feita prova de conhecimento da língua portuguesa;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;
- Os mencionados no Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio;

6.2 — São requisitos especiais de admissão:

- Possuir o grau de assistente de gastroenterologia ou a sua equiparação, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Decreto-Lei n.º 128/92, de 4 de Julho, bem como do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto;
- Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

7 — Apresentação das candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para a apresentação de candidaturas é de 20 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.